

**FABRÍCIO  
BASTOS**

**CURSO  
DE  
PROCESSO  
COLETIVO**

**ATUALIZADA COM  
A LEI 13.964/19**

**SEGUNDA EDIÇÃO**

 **EDITORA  
FOCO**

2020 © Editora Foco  
**Autor:** Fabrício Bastos  
**Editor:** Roberta Densa  
**Diretor Acadêmico:** Leonardo Pereira  
**Revisora Sênior:** Georgia Renata Dias  
**Revisora:** Luciana Pimenta  
**Capa:** Leonardo Hermano  
**Projeto Gráfico e Diagramação:** Ladislau Lima  
**Impressão miolo e capa:** Gráfica FORMA CERTA

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
de acordo com ISBD**

---

B327c  
Bastos, Fabrício  
Curso de processo coletivo / Fabrício Bastos. - 2. ed -  
Indaiatuba, SP : Editora Foco, 2020.  
560 p. ; 17cm x 24cm.  
  
Inclui bibliografia.  
ISBN: 978-85-8242-443-8  
  
1. Direito. 2. Processo coletivo. 3. Curso. I. Título.

2019-2399

CDD 342 CDU 347

---

**Elaborado por Odílio Hilario Moreira Junior - CRB-8/9949**

**Índices para Catálogo Sistemático:**

1. Direito civil 342 2. Direito civil 347

**DIREITOS AUTORAIS:** É proibida a reprodução parcial ou total desta publicação, por qualquer forma ou meio, sem a prévia autorização da Editora Foco, com exceção do teor das questões de concursos públicos que, por serem atos oficiais, não são protegidas como Direitos Autorais, na forma do Artigo 8º, IV, da Lei 9.610/1998. Referida vedação se estende às características gráficas da obra e sua editoração. A punição para a violação dos Direitos Autorais é crime previsto no Artigo 184 do Código Penal e as sanções civis às violações dos Direitos Autorais estão previstas nos Artigos 101 a 110 da Lei 9.610/1998.

**NOTAS DA EDITORA:**

**Atualizações do Conteúdo:** A presente obra é vendida como está, atualizada até a data do seu fechamento, informação que consta na página II do livro. Havendo a publicação de legislação de suma relevância, a editora, de forma discricionária, se empenhará em disponibilizar atualização futura. Os comentários das questões são de responsabilidade dos autores.

**Bônus ou Capítulo On-line:** Excepcionalmente, algumas obras da editora trazem conteúdo extra no *on-line*, que é parte integrante do livro, cujo acesso será disponibilizado durante a vigência da edição da obra.

**Erratas:** A Editora se compromete a disponibilizar no site [www.editorafoco.com.br](http://www.editorafoco.com.br), na seção Atualizações, eventuais erratas por razões de erros técnicos ou de conteúdo. Solicitamos, outrossim, que o leitor faça a gentileza de colaborar com a perfeição da obra, comunicando eventual erro encontrado por meio de mensagem para [contato@editorafoco.com.br](mailto:contato@editorafoco.com.br). O acesso será disponibilizado durante a vigência da edição da obra.

Impresso no Brasil (01.2020)  
Data de Fechamento (01.2020)

**2020**

Todos os direitos reservados à  
Editora Foco Jurídico Ltda.  
Rua Nove de Julho, 1779 – Vila Areal  
CEP 13333-070 – Indaiatuba – SP  
E-mail: [contato@editorafoco.com.br](mailto:contato@editorafoco.com.br)  
[www.editorafoco.com.br](http://www.editorafoco.com.br)

# SUMÁRIO

DEDICATÓRIA.....	III
AGRADECIMENTOS .....	V
NOTA DO AUTOR.....	VII
APRESENTAÇÃO À 2ª EDIÇÃO .....	IX
PREFÁCIO .....	XI
PREFÁCIO .....	XIII
<b>CAPÍTULO 1 – REGULAMENTAÇÃO DAS AÇÕES COLETIVAS NO BRASIL .....</b>	<b>1</b>
1. Evolução história das ações coletivas no Brasil.....	1
1.1. Ações coletivas no Brasil .....	3
1.2. Do microsistema da tutela coletiva .....	15
1.3. Do diálogo de fontes .....	22
<b>CAPÍTULO 2 – PROCESSO COLETIVO .....</b>	<b>25</b>
1. Direito processual coletivo como ramo autônomo .....	25
2. Conceito de Processo Coletivo .....	26
3. Tipos de processo coletivo: comum e especial .....	30
3.1. Processo coletivo comum.....	30
3.2. Processo coletivo especial .....	31
4. LITÍGIOS ESTRATÉGICOS .....	32
<b>CAPÍTULO 3 – MODELOS DE TUTELA COLETIVA .....</b>	<b>35</b>
1. Modelos de Tutela Coletiva: Ações Coletivas e o Julgamento de Questões Repe- titivas.....	35
2. Processo Coletivo-Piloto e Processo Coletivo-Modelo .....	37

3. Características do Modelo dos Processo de Questões Repetitivas .....	39
4. Características do Modelo das Ações Coletivas .....	41
<b>CAPÍTULO 4 – CONCEITOS DE AÇÃO .....</b>	<b>47</b>
1. Ação meramente individual .....	47
2. Ação individual com efeitos coletivos .....	48
3. Ação pseudoindividual .....	53
4. Ação pseudocoletiva ou acidentalmente coletiva .....	55
5. Ação Essencialmente Coletiva .....	59
6. Técnicas de Repercussão Individual e Coletiva .....	60
<b>CAPÍTULO 5 – OBJETO MATERIAL DA TUTELA COLETIVA .....</b>	<b>63</b>
1. Introdução.....	63
2. Direitos ou Interesses Coletivos em Sentido Amplo, Transindividuais ou Metaindividuais .....	64
3. Interesses ou direitos essencialmente coletivos e acidentalmente coletivos .....	66
4. Objeto material: aspectos de caracterização .....	68
5. Direitos ou Interesses Difusos.....	68
5.1. Aspectos subjetivos .....	69
5.2. Aspectos objetivos .....	71
5.3. Aspectos processuais.....	72
6. Direitos ou Interesses Coletivos em Sentido Estrito .....	77
6.1. Aspectos subjetivos .....	77
6.2. Aspectos objetivos .....	79
6.3. Aspectos processuais.....	80
7. Direitos ou Interesses Individuais Homogêneos.....	81
7.1. Aspectos subjetivos .....	84
7.2. Aspectos objetivos.....	87
7.3. Aspectos processuais.....	88
8. O incidente de resolução de demandas repetitivas, os direitos individuais homogêneos e coletivização das demandas .....	95
8.1. Sistema do <i>fair notice e right to opt in or out</i> aplicável aos processos coletivos que veiculam direitos individuais homogêneos .....	96
8.2. Consequência da aplicação prática deste incidente no microsistema da tutela coletiva.....	98
9. Tutela dos Direitos Individuais Indisponíveis .....	99

10. Critérios para a identificação do direito transindividual tutelado .....	102
11. Atomização e molecularização dos litígios.....	103
12. Tipologia dos Litígios – Uma nova classificação dos direitos coletivos em sentido amplo.....	104
<b>CAPÍTULO 6 – REFLEXOS DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL NOS PROCESSOS COLETIVOS.....</b>	<b>109</b>
1. Considerações gerais.....	109
2. Do Poder Geral de Efetivação.....	110
3. Dilação de prazos processuais .....	112
4. Alteração da ordem da produção das provas .....	112
5. Poder de polícia do magistrado .....	113
6. Determinação de comparecimento pessoal das partes.....	113
7. Saneamento dos vícios e irregularidades processuais .....	115
8. Intimação dos legitimados coletivos sobre a existência de demandas repetitivas	116
9. Coletivização das demandas individuais .....	124
10. Direitos repetitivos e direitos individuais homogêneos .....	126
11. Sistema do <i>fair notice e right to opt in or out</i> aplicável aos processos coletivos que veiculam direitos individuais homogêneos .....	126
12. Recorribilidade das decisões interlocutórias e o regime da preclusão imediata .	129
13. Tutelas provisórias no CPC/15 e a repercussão nos processos coletivos .....	141
14. Inaplicabilidade do art. 115, parágrafo único, CPC/15 .....	154
15. Prazo para o oferecimento do agravo interno nos processos coletivos .....	157
16. Intervenção do substituído nos processos coletivos .....	159
17. Negócio jurídico processual atípico nos processos coletivos .....	165
18. Possibilidade da realização da autocomposição nos processos coletivos.....	178
19. Aplicação do procedimento comum (art. 318, CPC/15) aos processos coletivos .....	182
20. Causa interruptiva da prescrição nas demandas de improbidade administrativa	187
21. Regime das despesas processuais nos processos coletivos .....	189
22. Consequência processual da continência .....	192
23. Efeito suspensivo nos recursos de apelação oriundos de processos coletivos .....	196
<b>CAPÍTULO 7 – PRINCÍPIOS DO PROCESSO COLETIVO .....</b>	<b>199</b>
1. Introdução e contextualização .....	199
2. Princípio do transporte in utilibus da sentença coletiva (regime jurídico <i>in utilibus</i> ) .....	201

3. Princípio da primazia do mérito .....	201
4. Princípio da indisponibilidade .....	203
5. Princípio da atipicidade ou não taxatividade das ações (tutelas) coletivas .....	204
6. Princípio da ampla publicidade ou ampla divulgação da tutela coletiva.....	206
7. Princípio da competência adequada – <i>forum shopping, forum non conveniens e translatio iudicii</i> .....	207
8. Princípio da gratuidade das ações coletivas .....	209
9. Princípio da obrigatoriedade da ação (tutela) coletiva .....	210
10. Princípio da legitimação (representatividade adequada) .....	212
11. Princípio da certificação adequada da ação (tutela) coletiva.....	213
12. Princípio inquisitorial do processo coletivo .....	214
<b>CAPÍTULO 8 – ASPECTOS PROCESSUAIS DO PROCESSO COLETIVO .....</b>	<b>219</b>
1. Introdução.....	219
2. Aspectos Processuais dos Processos coletivos.....	219
2.1. Defesas do réu .....	220
2.2. Litisconsórcio.....	223
2.3. Ônus da prova .....	230
2.4. Atuação multifacetária do Ministério Público .....	231
2.5. Relação entre ações coletivas.....	233
2.5.1. Litispendência .....	234
2.5.1.1. Teorias acerca da litispendência .....	234
2.5.1.2. Litispendência entre ações coletivas .....	235
2.5.2. Conexão e continência .....	240
2.5.3. Relação entre ação coletiva e ação individual: sistema do <i>fair notice e right to opt (in or out)</i> .....	241
2.6. Teoria da decisão judicial.....	244
2.7. Rito – procedimentos .....	255
2.8. Recursos .....	255
<b>CAPÍTULO 9 – COMPETÊNCIA .....</b>	<b>259</b>
1. Conceito e natureza jurídica .....	259
2. Regra geral de competência .....	260
3. Competência na LACP e no CDC .....	269
4. Regras especiais de competência .....	270

4.1. Princípio da competência adequada: <i>forum shopping x forum non conveniens</i> .....	270
4.2. Competência no mandado de segurança coletivo .....	271
4.3. Competência no mandado de injunção coletivo .....	272
4.4. Competência na ação civil pública por ato de improbidade administrativa .....	274
4.5. Competência no crime de responsabilidade .....	285
4.6. Competência na ação popular .....	287
4.7. Competência no Estatuto do Idoso e no Estatuto da Criança e do Adolescente.....	289
4.8. Competência no processo coletivo especial .....	289
4.9. Competência no processo coletivo derivado do modelo de resolução de questões repetitivas .....	290
4.10. Competência nos litígios coletivos transnacionais e transfronteiriços.....	291
5. Prevenção .....	291
6. Competência para liquidação e execução da sentença coletiva de procedência .....	293
<b>CAPÍTULO 10 – CONDIÇÕES DA AÇÃO</b> .....	<b>295</b>
1. Introdução .....	295
2. Possibilidade jurídica da demanda como elemento do mérito .....	296
2.1. Matéria tributária, contribuições previdenciárias, FGTS ou outros fundos..	297
2.2. Controle de constitucionalidade.....	300
2.3. Controle judicial de políticas públicas .....	301
3. Interesse processual ou de agir .....	306
4. Legitimidade .....	308
4.1. Legitimidade <i>ad causam</i> coletiva ativa .....	308
4.2. Distinção entre legitimação <i>ad actum</i> e legitimação <i>ad causam</i> .....	310
5. Classificações da legitimidade extraordinária .....	311
5.1. Legitimidade extraordinária autônoma e subordinada .....	311
5.2. Legitimação extraordinária coletiva exclusiva.....	311
5.3. Legitimação extraordinária concorrente .....	312
5.4. Legitimidade concorrente disjuntiva .....	312
6. Legitimados ativos no processo coletivo comum .....	312
6.1. Legitimação na ação popular .....	312

6.2. Legitimação na ação civil pública genérica .....	315
6.3. Legitimação na ação civil pública por ato de improbidade.....	316
6.4. Legitimação na ação civil pública com base na lei anticorrupção .....	325
6.5. Legitimação no mandado de segurança coletivo .....	328
6.6. Legitimidade no mandado de injunção coletivo .....	331
6.7. Legitimação coletiva passiva. Ação coletiva passiva. <i>Defendant Class Actions</i> .....	333
7. Legitimidade <i>ad causam</i> da Defensoria Pública.....	336
8. A (des)necessidade da autorização assemblear e estatutária – legitimação extraordinária .....	340
9. Controle judicial ( <i>ope iudicis</i> ) e legal ( <i>ope legis</i> ) da legitimidade – Representatividade adequada ( <i>adequacy of representation</i> ).....	343
10. Legitimidade do Ministério Público .....	347
CAPÍTULO 11 – INTERVENÇÃO DE TERCEIROS.....	355
1. Introdução .....	355
2. Assistência .....	357
2.1. Intervenção individual nas ações acidentalmente coletivas .....	359
2.2. Intervenção do cidadão-eleitor.....	362
2.3. Assistência litisconsorcial – Intervenção de colegitimado .....	362
2.4. Intervenção multifacetária do MP – Assunção do processo e assunção da legitimidade ativa.....	364
3. Oposição .....	365
4. Nomeação à autoria – Técnica de saneamento .....	366
5. Chamamento ao processo .....	367
6. Denúnciação da Lide .....	368
6.1. Denúnciação da lide nas relações de consumo: .....	370
6.2. Denúnciação da lide na ação de responsabilidade civil em face do Estado....	371
7. Incidente de descon sideração da personalidade jurídica .....	372
7.1. Descon sideração inversa da personalidade jurídica .....	373
7.2. Descon sideração expansiva da personalidade jurídica .....	374
8. Intervenção atípica, anômala ou anódina.....	374
9. <i>Amicus Curiae</i> .....	375
10. Intervenção móvel – Despolarização da demanda – Reversibilidade da posição processual – Atuação pendular – Migração sucessiva .....	378
11. Intervenção da defensoria pública como <i>custos vulnerabilis</i> .....	384



<b>CAPÍTULO 12 – TUTELAS PROVISÓRIAS .....</b>	<b>389</b>
1. Introdução.....	389
2. Classificações .....	389
3. Tutelas jurisdicionais .....	390
3.1. Tutela provisória: de urgência e de evidência.....	390
3.2. Tutelas definitivas .....	390
4. Temas específicos para os processos coletivos.....	391
4.1. Legitimidade do Ministério Público para requerer tutela provisória .....	391
4.2. Exigência de caução .....	392
4.3. Limites e restrições para a concessão de tutelas provisórias.....	392
4.4. Tutelas provisórias na seara da improbidade administrativa.....	394
4.4.1. Sequestro .....	395
4.4.2. Indisponibilidade .....	397
4.4.3. Afastamento do agente público das suas funções.....	403
 <b>CAPÍTULO 13 – COISA JULGADA COLETIVA.....</b>	 <b>407</b>
1. Conceito .....	407
2. Características.....	409
2.1. Direitos essencialmente coletivos: direitos difusos.....	409
2.1.1. Coisa julgada na hipótese de procedência do pedido .....	410
2.1.2. Improcedência do pedido por insuficiência de provas: .....	410
2.1.3. Insuficiência de provas e riscos do desenvolvimento.....	412
2.1.4. Fundamentação da decisão, questão prejudicial e coisa julgada material .....	413
2.1.5. Improcedência por insuficiência de provas e interesse recursal....	414
2.2. Direitos coletivos em sentido estrito .....	414
2.2.1. Procedência do pedido nas ações coletivas que veiculam direito coletivo em sentido estrito .....	415
2.2.2. Improcedência do pedido nas ações coletivas que veiculam direito coletivo em sentido estrito .....	415
2.3. Direitos acidentalmente coletivos ou direitos individuais homogêneos (imutabilidade <i>secundum eventum litis</i> ) .....	416
2.3.1. Improcedência pura nas ações coletivas que veiculam tutela de direitos individuais homogêneos.....	417

2.3.2. Improcedência por insuficiência de provas nas ações coletivas que veiculam tutela de direitos individuais homogêneos.....	417
3. Limitação territorial da eficácia subjetiva das decisões nas demandas coletivas atrelada à competência do órgão jurisdicional .....	418
4. Regime jurídico especial da coisa julgada material .....	421
4.1. Coisa julgada material na ação de improbidade administrativa .....	421
4.2. Coisa julgada material no mandado de segurança coletivo .....	422
4.3. Coisa julgada material no mandado de injunção coletivo .....	423
4.4. Coisa julgada material no processo coletivo especial .....	425
<b>CAPÍTULO 14 – PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA .....</b>	<b>427</b>
1. Introdução.....	427
2. Tese da imprescritibilidade da pretensão judicial exercível via ação civil pública para a tutela dos direitos difusos e coletivos em sentido estrito .....	427
3. Regime jurídico da prescrição na seara da improbidade administrativa .....	432
3.1. Introdução e regra geral .....	432
3.2. Prescrição aplicável aos terceiros particulares .....	434
3.3. Prescrição intercorrente .....	434
3.4. Regime jurídico da prescrição e o exercício de mandato eletivo (art. 23, I, LIA) .....	435
3.5. Situação jurídica híbrida .....	437
3.6. Unidade existencial do ato de improbidade .....	438
3.7. Ato de improbidade que configura infração penal.....	439
3.8. Regime da prescrição na Lei Anticorrupção .....	440
3.9. Interpretação extensiva do art. 23, I, LIA .....	440
3.10. Aplicação da regra do art. 23, III, LIA .....	441
4. Regime jurídico prescricional na ação popular.....	441
5. Regime jurídico prescricional no mandado de segurança coletivo.....	442
6. Termo inicial flexível para a contagem do prazo prescricional.....	444
7. Causas impeditivas, suspensivas e interruptivas da prescrição e decadência na tutela coletiva .....	444
8. Prazo prescricional para o exercício da pretensão executória.....	445

<b>CAPÍTULO 15 – LIQUIDAÇÃO E EXECUÇÃO.....</b>	<b>447</b>
1. Introdução.....	447
2. Princípio do vínculo ao título.....	448
3. Classificação das execuções.....	449
3.1. Execução nos direitos difusos e coletivos.....	449
3.2. Fundo de defesa dos direitos difusos e execução por <i>fluid recovery</i> .....	450
3.3. Execução nos direitos individuais homogêneos.....	453
3.4. Execução provisória nas ações coletivas.....	454
4. Legitimidade para promover a execução.....	455
5. Competência.....	456
6. Liquidação da sentença coletiva.....	456
6.1. Conceito e natureza jurídica.....	456
6.2. Procedimento aplicável.....	457
6.3. Regras de competência.....	457
6.4. Legitimidade para o requerimento.....	457
6.5. Sentença de procedência com condenação genérica.....	457
6.6. Relação entre o pedido formulado pelas partes e a formulação da liquidação... ..	458
6.7. Objeto da liquidação.....	459
6.8. Tipos de liquidação de sentença.....	460
6.9. Questões processuais decorrentes da liquidação da sentença.....	460
 <b>CAPÍTULO 16 – INSTRUMENTOS EXTRAPROCESSUAIS E EXTRAJUDICIAIS DA TUTELA COLETIVA.....</b>	 <b>463</b>
1. Inquérito Civil (Res. 23 CNMP e arts 8º e 9º LACP).....	463
1.1. Conceito e natureza jurídica.....	463
1.2. Características.....	464
1.3. Procedimento preparatório.....	468
1.4. Fases procedimentais do inquérito civil.....	468
2. Promoção de Arquivamento.....	480
2.1. Arquivamento implícito.....	480
2.2. Arquivamento e a conexão procedimental.....	482
2.3. Arquivamento e o declínio de atribuição.....	483
2.4. Arquivamento administrativo x arquivamento institucional.....	483
2.5. Promoção de arquivamento: ato administrativo complexo ou composto?..	485

2.6. Desarquivamento .....	485
2.7. Arquivamento e recurso voluntário .....	487
2.8. Atitudes que o órgão colegiado superior pode tomar no exercício do reexame necessário.....	487
2.9. Fatos penalmente típicos no bojo do inquérito civil.....	489
3. Instrumentos de redução da litigiosidade.....	489
3.1. Introdução .....	489
3.2. Recomendação .....	490
3.2.1. Características.....	491
3.2.2. Destinatários.....	492
3.2.3. Procedimento .....	494
3.2.4. Efeitos e consequências da recomendação.....	495
3.3. Termo de ajustamento de conduta.....	495
3.3.1. Natureza jurídica do Termo de Ajustamento de Conduta.....	496
3.3.2. TAC extrajudicial e judicial .....	500
3.3.3. Legitimidade para figurar como tomador do TAC .....	501
3.3.4. Objeto do TAC .....	505
3.3.5. Procedimento do TAC .....	507
3.3.6. Efeitos da celebração do TAC .....	509
3.3.7. Instrumentos extrajudiciais afins ao Termo de Ajustamento de Conduta.....	510
3.3.7.1. Compromisso de cessação (art. 53 da Lei 8.884/1994)....	510
3.3.7.2. Compromisso de ajustamento de conduta ambiental (art. 79-A da Lei 9.605/1998).....	513
3.3.7.3. Acordo de leniência .....	515
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>519</b>